J. P. PEIXOTO • J. V. GONÇALVES • A. A. MARQUES DE ALMEIDA • J. T. OLIVEIRA • J. P. OSÓRIO • R. CARVALHO • L. ALBUQUERQUE • R. RODRIGUES J. V. GOMES FERREIRA • F. D. SANTOS • A. J. ANDRADE DE GOUVEIA • A. M. AMORIM DA COSTA • B. J. HEROLD • JOÃO L. L. C. OLIVEIRA CABRAL • J. A. LEITÃO • N. GRANDE • J. C. DA COSTA • A. RODRIGUES • A. TORRES PEREIRA • B. FERNANDES • J. M. GIÃO T. RICO • MILLER GUERRA • M. PORTUGAL V. FERREIRA • J. M. COTELO NEIVA • A. RIBEIRO • M. TELLES ANTUNES F. C. GUERRA • A. CORREIA ALVES • F. CASTELO-BRANCO • A. FERNANDES A. R. PINTO DA SILVA • C. M. L. BAETA NEVES • A. X. CUNHA • A. C. QUINTELA SUZANNE DAVEAU • ORLANDO RIBEIRO • J. E. MENDES FERRÃO • ILÍDIO AMARAL • O. TEOTÓNIO DE ALMEIDA • F. GUERRA • ALLEN G. DEBUS WILLIAM R. SHEA • A. IRIA • F. R. DIAS AGUDO • M. JACINTO NUNES

HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA EM PORTUGAL

II VOLUME

ACADEMIA SCIENT LUSITANA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

PUBLICAÇÕES DO II CENTENÁRIO DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

LISBOA • 1986

lançaram na penúria a Academia portuguesa, confiscando-lhe o que por direitos legítimos lhe pertencia! Jazia a Academia em marasmo inactivo? De modo nenhum. Então porque a hostilizaram os governos saídos das revoluções? Porque as Academias são recantos onde alguns espíritos serenos imparcialmente estudam a natureza e julgam os homens... e as próprias revoluções».

Diz-se com frequência que em Portugal não há tradições científicas. Não vamos exagerar o contributo de um pequeno país, como o nosso, para este património universal que é a ciência. Mas também não nos apouquemos demasiado, neste campo, como se comprazem em fazer certos espíritos derrotistas. Não devemos dizer, antes, que ao longo da nossa história (e à parte o período decadente pós-descobrimentos) sempre vimos portugueses empenhados em desenvolver os métodos da ciência moderna, em pô-la ao serviço do interesse nacional, em criar ciência nova, encontrando, porém, pela frente, com maior frequência do que seria de desejar, um meio adverso à sua actividade, incompreensão pela necessidade de meios para a desenvolver, governantes que deixaram emurchecer (ou provocaram o desânimo) das iniciativas de mais valia?

As consequências que daí têm resultado para o desenvolvimento (ou não desenvolvimento), lato sensu, do País é um tema de reflexão que vos deixo e com que termino esta minha fala.

A CONTRIBUIÇÃO DAS *MEMÓRIAS ECONÓMICAS* PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E ECONÓMICO DO PAÍS

MANUEL JACINTO NUNES

SUMMARY

In the period following its foundation, the Academy of Sciences of Lisbon was oriented by a pragmatical approach for finding solutions to concrete problems, in detriment of book culture.

The same happened in the economic field, with the publication of five volumes, from 1789 to 1815 — the *Memórias Económicas da Academia*, where for the first time, in an explicit way, the notion of economic problematic in Portugal was introduced.

The *Memórias Económicas* had a predominant practical orientation, including subjects with a practical aplication for the prosperity of the country.

The doctrinal orientation of the *Memórias Económicas* was physiocratic and the greatest exponent of this trend was Domingos Vandelli, who published 11 *Memórias*.

The *Memórias* express a clear trend towards the economic development, but without on overall and systematic theoretical element, as it occurs with Physiocracy in France.

There are still some manuscripted *Memórias* in the Library of the Academy that have never been published. However, they have been studied and the most interesting ones are going to be published in the near future.

ACADEMIA SCIENT LUSITANA
ACADEMIA DAS CI DE LISBOA

•

Senhor Presidente da República
Senhor Ministro da Cultura
Senhor Presidente da Academia das Ciências
Prezados Confrades
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Como presidente da Classe de Letras desta Academia é para mim uma honra e um privilégio usar da palavra perante tão douta Assembleia e em especial na presença do Chefe do Estado, para quem vão os meus cumprimentos de muito respeito e alta consideração, devendo-lhe público agradecimento pelas deferências que para com a Academia teve durante os três anos que desde 1980 a ela presidi. Recorde-se, aliás, que o 1.º Presidente, ainda que honorário, da Academia foi um Chefe de Estado.

Ao Senhor Ministro da Cultura apresento igualmente os meus cumprimentos, aproveitando a oportunidade para me penitenciar de só recentemente ter tido ocasião de tomar conhecimento mais pormenorizado dos seus trabalhos no domínio da cultura portuguesa, e como português lhe agradecer essas valiosíssimas contribuições.

O título da minha fala é como foi anunciado «As Memórias Económicas da Academia das Ciências e a sua Contribuição para o desenvolvimento científico do País».

O tema deveria ser precedido de algumas considerações, que serão todavia muito abreviadas dado que a maior parte do que deveria dizer, foi tratado com tanta erudição pelo Sr. Dr. Alberto Iria e outra sê-lo-á pelo Prof. Pinto Peixoto cujo brilho do discurso me permito antecipar.

A cultura em Portugal à data em que se fundou a Academia Real das Ciências de Lisboa era essencialmente livresca e literária, embora a Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra começasse a produzir alguns frutos, com a introdução do ensino prático e experimental.

Aliás no Relatório Geral do Estado da Universidade de Coimbra, D. Francisco de Lemos, lamenta não ter sido até então criada uma Congregação Geral das Ciências para o adiantamento, progresso e perfeição das Ciências Naturais, que seria constituída pelas Faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia, de modo análogo «ao praticado nas Academias mais célebres da Europa. Era antecipação à criação de uma

Academia das Ciências, como existiam noutros países da Europa: a Academia Real de Londres, a Academia das Ciências de Paris, a Academia de São Petersburgo».

D. Francisco de Lemos não viu porém com bons olhos a fundação da Academia de Ciências de Lisboa (bem como outros lentes de Coimbra), por vir pôr em causa a sua ideia da Congregação Geral. Chegou-se a pensar numa Sociedade Económica em Coimbra, correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.

Compreende-se assim, que a criação da nova Instituição constituísse uma reacção ao estado de coisas vigentes e procurasse uma orientação mais conforme com as necessidades que a vida real apresentava e que era corrente, como se disse, além fronteiras.

O papel das Academias pode ser sintetizado no seguinte texto magistral de Rómulo de Carvalho:

«as academias eram congregações do saber, era nelas que se encontravam os homens capazes de solucionar os problemas das Nações nos âmbitos científico e técnico e era a eles que os governos se dirigiam pedindo conselho, sugestões e pareceres. Na falta de organismos específicos, como hoje existem, recorria-se às Academias para que se estudassem os solos, as floras e as faunas, os fenómenos meteorológicos e tudo quanto tivesse interesse imediato para a prosperidade das nações. As Academias eram portanto uma peça fundamental de uma sociedade que se pretendia progressiva e dinâmica».

Os homens a quem se deve a criação da Academia de Ciências de Lisboa, o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra, emprestam também à nova instituição a marca da sua formação.

O Duque de Lafões, um espírito culto e aberto às coisas científicas e do progresso, percorrera durante mais de uma dúzia de anos os principais centros culturais e científicos da Europa, durante uma fase de exílio, dada a sua incompatibilidade com D. José. E o Abade Correia da Serra, distinto naturalista, estudara em Itália. Não se pode igualmente esquecer na fundação da Academia — o papel desempenhado pelo Visconde de Barbacena, como se pode ver nas cartas do Abade Correia da Serra a Vandelli, lente da Universidade de Coimbra e um dos grandes colaboradores da obra de que me vou ocupar.

Foi extremamente fecunda a actividade da Academia das Ciências de Lisboa nos seus primeiros anos. Assinalam-se entre outros trabalhos de rotina, as seguintes publicações:

2 volumes de *Memórias de Agricultura Premiadas* (1788-1791); *As Memórias Económicas* (1789-1815) em 5 volumes; 9 volumes de *Memórias da Literatura Portuguesa* (1792-1814); 20 volumes de *História e Memórias* (1797-1837); 5 volumes de *Livros Inéditos da História Portuguesa* (1790-1824); 8 volumes da *Colecção dos Principais Autores da História Portuguesa* (1806-1809), e mais tarde outras obras de incontestável valor como a *Portugaliæ Monumenta Histórica.*

Ocupamo-nos, em particular, das *Memórias Económicas*, que encontramos publicadas em 1789, 1790, 1791, 1812 e 1815.

O meu interesse pelas *Memórias Económicas* começou praticamente desde que fui eleito para a Academia.

Quero aqui prestar justa homenagem ao Prof. Moses Amzalak, pois foi ele quem me incentivou a trabalhar este assunto, que ele próprio já abordara.

Moses Amzalak, como se sabe, ocupou-se de muitos temas da história e do pensamento económico. Tinha, como se costuma dizer um sexto sentido sobre os problemas que poderiam ser relevantes. A multiplicidade de assuntos que se ocupou não lhe permitiu muitas vezes tratá-los com a profundidade requerida, mas ele sabia bem da sua importância. E o despertar do meu interesse para as Memórias é um exemplo acabado do que acabei de referir.

A propósito relembro que o elogio histórico de Moses Amzalak ainda não foi feito nesta Academia, mas estou certo que em breve ela honrará a sua dívida, pagando-a com os juros devidos.

Como se pode verificar pela data dos cinco volumes publicados das Memórias há um grande hiato de tempo entre a publicação dos três primeiros volumes e os dois últimos volumes.

O prejuízo causado pelo atraso na publicação dos dois últimos tomos é assinalado na introdução do tomo IV, onde se refere que tal atraso «não só priva o público da utilidade que lhe deve resultar dos conceitos e diferentes trabalhos, mas tem igualmente privado os seus autores da glória de aparecerem estes mesmos trabalhos no tempo de serem recentes as suas descobertas podendo parecer... que algumas das memórias ainda admitem teorias antiquadas».

Estas são as Memórias publicadas — os 5 volumes — mas há as Memórias manuscritas e que ainda não foram publicadas; as Memórias que tanto me pediu Moses Amzalak para promover a sua publicação. As Memórias manuscritas (como as publicadas — a que me referirei mais adiante) são de desigual valor, mas encontram-se muitas cujo nível é igual se não superior às publicadas. Além disso *As Memórias de Literatura Portuguesa que citei* (1792-1814) contêm Memórias que tratam temas económicos. Porque não foram publicadas todas?

É imperdoável a sua não publicação, que constitui um verdadeiro atentado à cultura e à ciência portuguesa. Como conto de certeza com a concordância do Presidente da Academia e dos demais Membros do Conselho da Academia, não é o Governo por certo que vai negar os meios necessários a tal fim. Por mim, porei na realização da obra todo o empenhamento pessoal, com as ajudas necessárias a tal fim. É uma promessa, mas que não será por minha causa que não será cumprida.

Há muito que me ocupo das Memórias estudando-as cuidadosamente, procurando-lhe o significado, o que representam na época em que foram editadas, as cambiantes ideológicas dos seus autores, etc. Recentemente voltei à Universidade, depois de uma ausência de 8 anos e meio. Enquanto vou preparando a minha participação em dois temas do Seminário sobre o sistema financeiro português e sobre a política monetária portuguesa, para além da minha participação nos múltiplos órgãos nela existentes, acompanhado, nos seus trabalhos doutorandos ou outros investigadores. Entre estes há um que embora há menos tempo que eu, se tem ocupado ultimamente, com grande profundidade, das Memórias da Academia. Procurou-me e estou a ajudá-lo no que posso e sei. Discuti com ele algumas das questões mais delicadas do tema. Nestes termos e de acordo com as regras de deontologia universitária que sempre adoptei, sinto-me inibido de tratar certas questões que aliás seriam talvez fastidiosas numa cerimónia desta natureza. Para mim, como professor tem muitíssimo maior interesse que elas venham a público pela pena de um jovem de 30 anos, do que pela de um professor quase com o dobro da sua idade.

E essa ajuda e o estímulo que lhe proporcionar constituem para esse professor universitário, em especial na fase actual da sua carreira, o que considera ser o fundamental da sua missão docente. Para além dos cursos de post graduação, para mim, a lição magistral, ainda que sempre recriada, como o deve ser, tem sem dúvida o maior interesse,

mas tem-nos muito como forma de contacto com a juventude, e esse contacto posso consegui-lo melhor com as acções que referi do que nas aulas proferidas ex-catedra. Desculpem, o elogio que não é para mim, mas penso que com a edição do trabalho do jovem que referi, se publicará talvez um dos trabalhos, mais acabado sobre «As Memórias Económicas da Academia das Ciências».

Voltando à análise das *Memórias Económicas*, elas são o documento explícito de mais larga expressão e alcance que traduz a introdução do «económico entre nós».

A ideia de que a riqueza era qualquer coisa estática para se gozar — um património de que se disfruta — é substituída pela ideia de que a riqueza se destina a gerar rendimento — a propriedade deve ser um instrumento produtivo — e segundo os fisiocratas fundamentalmente na agricultura.

A noção da importância do exercício da actividade económica só com o Cardeal da Mota, Alexandre de Gusmão e Sebastião José de Carvalho e Melo ganha foros de cidadania e a economia começa a ser considerada no domínio científico e pedagógico (relembre-se a criação da Aula de Comércio pelo Marquês de Pombal).

A orientação fisiocrática dos autores das *Memórias Económicas*, levou-os, naturalmente, a pôr a sua ênfase no desenvolvimento da agricultura, mas há algumas observações a esta posição a que já me irei referir.

A orientação fisiocrata tem o seu expoente mais relevante em Domingos Vandelli, autor de onze trabalhos nas *Memórias Económicas*, lente vindo para Coimbra após a Reforma Pombalina da Universidade onde se relaciona e se desenvolve a correlação entre o progresso da actividade agrícola e o estudo da natureza, nos seus múltiplos aspectos. Mas muitos outros nomes podiam ser referidos como Soares Barbosa, Vila Nova Portugal, Álvares da Silva, etc. Fisiocratas foram também entre outros Avelar Brotero, e com destaque Rodrigues de Brito, que não colaborou todavia nas Memórias.

Convirá referir, entretanto, que os problemas da Agricultura já tinham despertado interesse em Portugal na denominada Sociedade Económica de Ponte Lima, criada em 1780, para a qual Moses Amzalak, chamou a atenção em 1950, no seu trabalho «A Sociedade Económica de Ponte Lima. Apontamentos para a sua história». Diz-nos Teófilo Braga,

na sua monumental *História da Universidade de Coimbra*, que a inauguração da Sociedade que funcionou no Palácio do Visconde de Vila Nova de Cerveira, já tinha sido efectuada em 8 de Maio de 1979; segundo Amzalak funcionava desde 1778, mas a Carta Régia que aprova os seus Estatutos é de 5 de Janeiro de 1780 (12 dias após a homologação dos Estatutos da Academia). Eram 17 os seus sócios fundadores, dos quais só 2 não eram de Ponte de Lima, o que diz do nível intelectual desta vila nessa época. (Devo esclarecer que não sou de Ponte de Lima).

É a única Sociedade do género de que há notícia. É suficiente para fazer ideia dos fins da Associação a leitura do artigo 1.º dos seus Estatutos:

«Esta Sociedade terá por objecto promover a Agricultura em todos os ramos a que respeitam, as artes e a Indústria. Os fins que ela se propõe são instruir os seus compatriotas sobre assuntos tão importantes ao bem público, excitar nos povos, principalmente da Província, o gosto ou a aplicação a estas artes preciosíssimas e estudar por meio de uma prática constante, tudo quanto pode contribuir a fazê-las florescer e propôr os meios, que julgar mais apropriados para as animar e prosperar».

Pode dizer-se estar aqui o embrião das actuais Sociedades de Desenvolvimento Regional como se pode verificar pela leitura dos demais artigos dos Estatutos.

Com esta incursão sobre a Sociedade Económica de Ponte de Lima, queríamos buscar reforços para a tese de que há já algo mais do que simples fisiocracia nas *Memórias Económicas*.

Em Portugal, quando se escreveram as Memórias, já se conhecia «A Riqueza das Nações» (Leia-se o vol. I das *Memórias Políticas da Academia*). O pensamento de Smith supera a ideia fisiocrata da prática da exclusividade concedida à agricultura. O problema da relevância da indústria, cara aos mercantilistas é trazida à cena. Uma das muitas contribuições de Smith é o problema da divisão sectorial da actividade económica e do seu equilíbrio no exercício da actividade. Os fisiocratas da Academia das Ciências não puderam absorver desde logo inteiramente as ideias de Smith pois estavam ainda fortemente influenciados pelo Mercantilismo que entre nós se expandira um tanto tardiamente com o Conde da Ericeira (sobre o qual exerceram influência Duarte Ribeiro de Macedo e mais remotamente, o Conde da Mota e Alexandre de Gusmão).

A Memória de Pombal e do seu conceito de poder estavam ainda muito vivas. Pombal, governara até 1777.

O Poder respeitava a Ciência, e esta não só reconhecia o Poder como até certo ponto sentia a necesidade da sua intervenção (caso dos morgadios e dos baldios).

Mas em muitas Memórias são múltiplas as manifestações nítidas do espírito liberal — na querela proteccionismo — livre cambismo e no tocante a burocracia.

Neste último aspecto, é curioso referir que já nessa época o excesso de funcionalismo «que exprime a sobrevalorização do jurista sobre o botânico, o médico ou o físico é já objecto de crítica» (Leia-se a Memória de José Veríssimo Alves da Silva). É mal que vem sendo denunciado, pelo menos há duzentos anos.

Não pôs Eça de Queiroz o Conde de Abranhos a escrever para o jornal *A Bandeira Nacional* um artigo sobre a Reforma Administrativa que o governo apresentara? [1]

Voltemos às Memórias e procuraremos dar uma ideia mais pormenorizada do seu conteúdo.

Elas tratam fundamentalmente de questões de recursos naturais e seu aproveitamente, práticas de tecnologia, história e agricultura — meios para obstar o seu declínio, estudos populacionais, etc.

Os títulos que indicamos de algumas são sugestivos: «A ferrugem das oliveiras», «Memória sobre o papel, sua cultura e fabrico», «Memória sobre a cultura das vinhas em Portugal», «Memória sobre as fábricas de ferro de Figueiró», «Memória sobre o estudo da agricultura e do Comércio do Alto Douro», «Ensaio Económico sobre as Ilhas de Cabo Verde», «Memórias sobre o modo de formar um plano de Estatística

[1] A questão continua a ser tema de deleite nos nossos dias enquanto o número de funcionários há perto de duas décadas vem continuando a progredir, tanto mais acentuadamente quanto mais frequentes são as remodelações ministeriais. Deste mal não me penitencio. Quando exerci funções ministeriais nas Finanças em colaboração com o Secretariado da Administração Pública, publicamos o que penso ser a maior reestruturação do funcionalismo levada a cabo depois do Dec.-Lei n.º 26 115, como foi reconhecido pela imprensa, e principalmente pelo funcionalismo. A sua estrutura mantém-se mas posteriormente introduziram-lhe algumas melhorias que espero não a venham a estragar. O nosso fim era conseguir a qualidade com uma melhor remuneração para combater a quantidae. Mas a segunda parte desta finalidade é diariamente olvidada.

em Portugal», «Sobre a Agricultura deste Reino e das suas Conquistas», «Memória sobre a Preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as fábricas» e «Memória sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia».

Citamos 10 títulos, as Memórias são 84 e os seus autores 39.

As Memórias no seu conjunto revestem um grande interesse prático, tem o intento de uma aplicação concreta e imediata, mas são de desigual valor.

A intenção dos fundadores da Academia com a publicação das *Memórias Económicas* era ambiciosa como se comprova com a leitura do discurso preliminar do Abade Correia da Serra no preâmbulo do I volume das Memórias.

Vale a pena referir algumas passagens para elucidar esses propósitos:

«O primeiro passo de huma Nação, para aproveitar suas vantagens, he conhecer prefeitamente as terras que habita, o que em si encerraõ, o que de si produzem, o de que são capazes ... Dar-nos a conhecer o que temos; ensinar-nos a aproveitallo; escolher na immensa variedade das producções da natureza, espalhadas por outras terras, novas plantas, animaes, e culturas analogas aos climas, e terrenos que os Portuguezes habitaõ; dallas a conhecer; a facilitar a introducção, saõ bens que devem resultar dos trabalhos patrioticos da Academia, e meios de adiantar a pública prosperidade, que mui propriamente lhe competem».

«O exame do estado actual das artes entre nós, o melhoramento dos methodos, e máquinas quenellas se usaõ, a diminuiçaõ dos gastos e a dos preços que dahi resulta, os planos solidos, e calculados de canaes da navegaçaõ, e réga, de enxugar paûes, melhorar portos, os methodos de aperfeiçoar a nossa navegaçaõ, saõ outros bons que a Academia póde fazer a Portugal, bem analogos á natureza do seu instituto».

Outras considerações desse prefácio tem interesse relevante para os fins dos trabalhos da Academia e das *Memórias Económicas*, em particular, mas não quero alongar-me mais em citações.

Ao procurar-se elaborar um juízo sobre as Memórias, temos de reconhecer que nelas, falta o elemento teorizador na generalidade dos seus trabalhos e na sua organização. Embora ele esteja subjacente, não está explícito.

A fisiocracia dos nossos confrades das Memórias traduzia mais uma mobilização para o desenvolvimento, ainda que não sistematizada, do que uma teorização como se verificou, na França.

Os fisiocratas para além do seu interesse directo nos problemas agrícolas, que no caso português, tão bem aparece documentado nas Memórias da Academia, desenvolveram algumas construções analíticas que tiveram repercussões no desenvolvimento futuro da ciência económica. Marx diz ter sido Quesnay quem influenciou a sua teoria da formação e distribuição da mais-valia; a análise input-output de Leontief terá a sua origem no *Tableau Économique* e ainda poderíamos citar, por exemplo, a contribuição da fisiocracia para os problemas da contabilidade nacional.

A fisiocracia teve, de facto, no Dr. Quesnay, médico de profissão, o seu principal expoente que inicia a actividade de divulgação da sua doutrina em 1856. Dois anos mais tarde, em 1858, escreve o *Tableau Économique* obra clássica que se considera como se disse estar na origem da moderna análise input-output de Leontief.

Tem vários discípulos entre os quais Turgot, Dupont de Nemours e Mercier de la Rivière.

A Escola teve uma duração relativamente efémera; cerca de um quarto de século. Por volta de 1780 entrava já em franco declínio.

Quer dizer que os colaboradores das Memórias teriam assim escrito influenciados por um pensamento já em decadência: o clássico atraso da nossa vida intelectual. A tese que defendi vai um pouco mais longe: é a de que os fisiocratas das Memórias (alguns) ainda se não tinham libertado do mercantilismo mas já estavam a absorver o liberalismo de Smith.

Para os fisiocratas puros como se sabe a verdadeira riqueza era o produto líquido e segundo eles só a agricultura gera o produto líquido.

A predominância das questões agrícolas nas Memórias traduz, repetimos mais uma vez, a influência fisiocrata.

Mas teoricamente, a Escola fisiocrata pode ser considerada precursora do liberalismo na medida em que repudia a interferência do Estado na produção e no comércio dos bens. O Estado tem o seu papel na garantia da ordem, na defesa do Estado e da propriedade, em proporcionar o ensino, etc. Mas por aí se deve circunscrever. Ora não é esta a posição do Estado nos nossos «Memoralistas», como referimos. Em termos políticos há pois um outro desvio da fisiocracia.

Procurando formar um juízo sobre a influência das *Memórias Económicas* no desenvolvimento técnico e científico do País há que em primeiro lugar situá-las no tempo em que foram publicadas, referindo-nos em especial aos três primeiros volumes.

A sua edição coincidiu praticamente com o nascimento da Economia Política. Escritos económicos existem já na Antiguidade. Inúmeros são os autores gregos e latinos que trataram temas económicos, mas daí à existência de um corpo de princípios sistematizado vai uma enorme distância.

Mercantilismo e fisiocracia, em datas mais próximas apresentam doutrinas cujo fundamento para os primeiros era o ouro que resultava de uma balança de pagamentos positiva, e para os segundos a terra, daí a primazia dada à agricultura.

Mas a ciência económica, como todos sabem, começa verdadeiramente com Smith — para Marx com William Petty — ao publicar em 1776 o célebre *Inquérito sobre a origem e a causa da riqueza das Nações.*

Sendo a elaboração das Memórias mais ou menos contemporânea do nascimento da ciência económica e atendendo à finalidade que lhes foi consignada pelos seus mentores, as Memórias estão em perfeita conjugação com o pensamento mais progressivo em Portugal, na época. Há problemas a resolver, problemas concretos, é preciso atacá-los de uma forma directa, com vista à sua pronta solução.

Criticar as Memórias, porque a sua organização não obedeceu a um pensamento global e sistemático, não é justo.

Tudo tem de ser visto no seu tempo, e no seu tempo as Memórias constituem um conjunto de trabalhos, cuja maioria representa precioso contributo para os problemas específicos que na época nos afligiam.

Provera que nos planos que hoje se elaboram, quando se trata de realizações específicas, estas fossem abordadas com o mesmo espírito prático que informam as Memórias.

Diversa seria em muitos casos a solução apresentada.

Neste sentido, poderemos afirmar que as Memórias se revestem ainda hoje de um interesse específico muito grande, e não de um mero interesse histórico, por muito valioso que este seja.

Como se verifica desta anotações sobre as *Memórias Económicas da Academia* — e já tal se encontrava nas finalidades que assinalámos à Sociedade Económica de Ponte Lima — a preocupação é o equilíbrio sectorial, fruto da dupla influência mercantilista e fisiocrata e ainda dos prelúdios do liberalismo e também um propósito claro das grandes transformações estruturais e com elas a promoção do progresso da Nação.

O empreendimento levado a cabo traduz para a época um esforço altamente meritório, digno do maior apreço, atenção e admiração que pena é não tenha tido repetição de há muitas décadas para cá.

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA